

Regime Próprio de Previdência do Município De São José do Rio Preto RIOPRETOPREV

**Demonstrações contábeis referentes ao
exercício findo em 31 de dezembro de 2020
e relatório dos auditores independentes**

Award Auditores Independentes

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos diretores do

Regime Próprio de Previdência do Município de São José do Rio Preto - RIOPRETOPREV
São José do Rio Preto - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do Regime Próprio de Previdência do Município de São José do Rio Preto - RIOPRETOPREV (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado (variações patrimoniais), o balanço financeiro e o balanço orçamentário para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Regime Próprio de Previdência do Município de São José do Rio Preto - RIOPRETOPREV em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância às previstas na Lei 4.320/64 e regulamentação do Ministério da Previdência Social.

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa nº 3.1, o Município de São José do Rio Preto editou a Lei Complementar 545 de 6 de setembro de 2017, que transfere o direito de recebimento de créditos judiciais do IPESP – Instituto de Previdência do Estado de São Paulo. Este processo teve seu trânsito julgado e estava em processo de habilitação para o recebimento de precatórios, mas o IPESP impetrou recursos que foram inadmitidos. Em 17 de agosto de 2020, o processo foi transitado em julgado no Superior Tribunal de Justiça e foi confirmada a forma de atualização dos créditos e que se baseia na tabela de atualização monetária do próprio Tribunal de Justiça, acrescida de juros de 1% ao mês. A Entidade atualizou o saldo até outubro de 2020, resultando em ganho de R\$ 57.366 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Devido ao processo não ter sido concluído nos tribunais por aguardar-se os trâmites para seu efetivo encerramento, não é possível concluir acerca da necessidade de ajuste de ganho ou perda ao valor registrado de R\$ 213.076 mil.

26 de fevereiro de 2021

Regime Próprio de Previdência do Município de São José do Rio Preto - RIOPRETOPREV

Conforme nota explicativa nº 2.5, em 31 de dezembro de 2020, a Entidade possui R\$ 91.192 mil relacionado a imóveis recebidos da Prefeitura do Município de São José do Rio Preto para fazer frente a alíquota suplementar instituída pela Lei Complementar 396/2013. Estes imóveis foram avaliados por meio de laudo na data de 5 de dezembro de 2019. Após esta data, não foi efetuada qualquer avaliação de mercado dos imóveis em questão. Consequentemente, não nos foi possível avaliar a necessidade de ajuste a valor de mercado do montante registrado. Adicionalmente, a liquidez destes itens depende das condições de mercado no momento da alienação.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis do exercício findo em 13 de março de 2020

As demonstrações contábeis do exercício anterior foram por nós auditadas e emitimos relatório dos auditores independentes datado de 14 de março de 2019 com as seguintes ressalvas: (a) segregação de aplicações financeiras entre curto e longo prazo, (b) impossibilidade de se concluir acerca da necessidade ou não de correção monetária, ajuste a valor presente ou provisão para deságio do saldo de R\$ 155.700 mil recebido da Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto em direitos de recebimento de créditos judiciais do IPESP – Instituto de Previdência do Estado de São Paulo.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

26 de fevereiro de 2021

Regime Próprio de Previdência do Município de São José do Rio Preto - RIOPRETOPREV

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

26 de fevereiro de 2021

Regime Próprio de Previdência do Município de São José do Rio Preto - RIOPRETOPREV

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José do Rio Preto, 26 de fevereiro de 2021.



Award Auditores
Independentes S/S
CRC 2SP029373/O-2



Noroel Alcantara da Silva Júnior
Sócio
Contador CRC ISP216778/O-1

Anexo 12

Balanco Orçamentário

Exercício de 2020

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c = b - a)
RECEITAS CORRENTES	152.788.900,00	152.788.900,00	151.225.299,58	-1.563.600,42
CONTRIBUIÇÕES	122.212.900,00	122.212.900,00	124.431.386,07	2.218.486,07
Contribuições Sociais	122.212.900,00	122.212.900,00	124.431.386,07	2.218.486,07
RECEITA PATRIMONIAL	1.057.000,00	1.057.000,00	8.300.540,58	7.243.540,58
Exploração Do Patrimônio Imobiliário Do Estado	260.000,00	260.000,00	0,00	-260.000,00
Valores Mobiliários	797.000,00	797.000,00	47.340,58	-749.659,42
Cessão De Direitos	0,00	0,00	8.253.200,00	8.253.200,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	29.519.000,00	29.519.000,00	18.493.372,93	-11.025.627,07
Indenizações, Restituições E Ressarcimentos	110.000,00	110.000,00	22.237,44	-87.762,56
Demais Receitas Correntes	29.409.000,00	29.409.000,00	18.471.135,49	-10.937.864,51
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	152.788.900,00	152.788.900,00	151.225.299,58	-1.563.600,42
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I+II)	152.788.900,00	152.788.900,00	151.225.299,58	-1.563.600,42
DÉFICIT (IV)		28.310.000,00	3.980.572,07	
TOTAL (V) = (III + IV)	152.788.900,00	181.098.900,00	155.205.871,65	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADO PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	28.310.000,00			
Superávit Financeiro	28.310.000,00			
Reabertura de créditos adicionais	0,00			

Assinado por 3 pessoas: HELIO ANTUNES RODRIGUES, JAIR MORETTI e VANESSA LAGO MARTINS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 5762-BAAF-083D-5527

Anexo 12

Balanco Orçamentário

Exercicio de 2020

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i = e - f)
DESPESAS CORRENTES	151.918.900,00	180.228.900,00	155.198.128,18	155.147.910,31	155.122.126,69	25.030.771,82
Pessoal E Encargos Sociais	148.746.900,00	174.746.900,00	152.646.205,17	152.646.205,17	152.643.710,64	22.100.694,83
Outras Despesas Correntes	3.172.000,00	5.482.000,00	2.551.923,01	2.501.705,14	2.478.416,05	2.930.076,99
DESPESAS DE CAPITAL	70.000,00	70.000,00	7.743,47	7.743,47	7.743,47	62.256,53
Investimentos	70.000,00	70.000,00	7.743,47	7.743,47	7.743,47	62.256,53
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
Reserva De Contingencia	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	152.788.900,00	181.098.900,00	155.205.871,65	155.155.653,78	155.129.870,16	25.893.028,35
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI) + (VII)	152.788.900,00	181.098.900,00	155.205.871,65	155.155.653,78	155.129.870,16	25.893.028,35
SUPERÁVIT (IX)						
TOTAL (X) = (VIII + IX)	152.788.900,00	181.098.900,00	155.205.871,65	155.155.653,78	155.129.870,16	

Assinado por 3 pessoas: HELIO ANTUNES RODRIGUES, JAIR MORETTI e VANESSA LAGO MARTINS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 5762-BAAF-083D-5527

Balanço Financeiro

Exercício de 2020

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	151.225.299,58	123.687.812,71	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	155.205.871,65	139.415.888,47
Recursos Próprios Da Administração Indireta	151.225.299,58	123.687.812,71	Recursos Próprios Da Administração Indireta	155.205.871,65	139.415.888,47
Regime Próprio De Previdência Social-Rpps	11.376.762,87	343.612,51	Regime Próprio De Previdência Social-Rpps	0,00	0,00
Rpps-Contribuições	4.102,99	0,00	Rpps-Contribuições	155.205.871,65	0,00
Rpps-Contribuição Patronal	78.181.967,32	71.526.254,61	Rpps-Contribuição Patronal	0,00	126.045.399,31
Rpps-Contribuição Segurados	46.244.629,07	39.333.372,39	Rpps-Contribuição Segurados	0,00	13.370.489,16
Rpps-Compensação Previdenciária	15.417.837,33	12.484.573,20	Rpps-Compensação Previdenciária	0,00	0,00
(-)Deduções da Receita	0,00	0,00			
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
Recebimentos Extra-Orçamentários	117.425.624,68	90.461.561,24	Pagamentos Extra-Orçamentários	110.531.679,68	30.203.251,39
Valores Restituíveis - Consignações	32.448.246,99	23.475.757,84	Valores Restituíveis - Consignações	32.300.230,85	22.327.649,73
Inscrição de Restos a Pagar Processados	25.783,62	29.505,05	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	29.505,05	34.058,41
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	50.217,87	45.342,40	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	43.063,60	117.157,53
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.500.586,19	1.129.719,44	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	20.311.213,51	1.228.128,96
Valorizações Aplicações Financeiras - RPPS	81.400.790,01	65.781.236,51	Desvalorizações Aplicações Financeiras - RPPS	57.847.666,67	6.496.256,76
Saldo em Espécie do Período Anterior	0,00	0,00	Saldo em Espécie para o Período Seguinte	17,67	0,00
			Caixa e Equivalentes de Caixa	17,67	0,00
Aplicações Financeiras RPPS Período Anterior	375.157.632,30	330.627.398,21	Aplicações Financeiras RPPS Período Seguinte	378.070.987,56	375.157.632,30
TOTAL	643.808.556,56	544.776.772,16	TOTAL	643.808.556,56	544.776.772,16

ANEXO 14

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2020

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO	699.367.146,08	622.301.538,95	PASSIVO	699.367.146,08	622.301.538,95
ATIVO CIRCULANTE	378.071.005,23	375.257.996,80	PASSIVO CIRCULANTE	3.366.042,31	3.185.096,17
Caixa e Equivalentes de Caixa	17,67	0,00	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	2.043.061,15	2.006.306,64
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00	100.364,50	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	23.289,09	27.113,60
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	378.070.987,56	375.157.632,30	Demais Obrigações a Curto Prazo	1.299.692,07	1.151.675,93
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	321.296.140,85	247.043.542,15	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	709.510.019,24	667.217.417,41
Ativo Realizável a Longo Prazo	229.986.686,64	155.709.275,24	Provisões a Longo Prazo	700.372.920,66	622.320.955,33
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	213.075.694,82	155.709.275,24	Resultado Diferido	9.137.098,58	44.896.462,08
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	16.910.991,82	0,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-13.508.915,47	-48.100.974,63
Investimentos	91.191.878,80	91.191.878,80	Resultados Acumulados	-13.508.915,47	-48.100.974,63
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	91.191.878,80	91.191.878,80	Resultado do Exercício	34.592.059,16	49.486.203,42
Aplicação em Segmento de Imóveis	91.191.878,80	91.191.878,80	Resultado de Exercícios Anteriores	-47.912.215,17	-97.398.418,59
Imobilizado	117.575,41	142.388,11	Ajustes de Exercícios Anteriores	-188.759,46	-188.759,46
Bens Móveis	254.109,07	246.365,60			
(-) Depreciação Acumulada	-136.533,66	-103.977,49			
ATIVO FINANCEIRO	394.981.997,05	375.257.996,80	PASSIVO FINANCEIRO	1.376.700,91	1.226.520,36
ATIVO PERMANENTE	304.385.149,03	247.043.542,15	PASSIVO PERMANENTE	711.550.585,86	669.221.332,66
SALDO PATRIMONIAL	-13.560.140,69	-48.146.317,03	SALDO PATRIMONIAL	0,00	0,00

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
---------------	-----------------	--------------------	---------------	-----------------	--------------------

ANEXO 15

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2020

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	900.922.584,86	1.108.552.414,63	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	866.330.525,70	1.059.066.211,21
CONTRIBUIÇÕES	127.414.228,77	110.859.627,00	PESSOAL E ENCARGOS	4.801.218,91	4.509.360,84
Contribuições Sociais	127.414.228,77	110.859.627,00	Remuneração A Pessoal	4.219.188,90	4.238.268,93
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	8.253.200,00	0,00	Encargos Patronais	582.030,01	271.091,91
Exploração De Bens E Direitos E Prestação De Serviços	8.253.200,00	0,00	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	148.172.062,92	132.502.686,25
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	81.448.130,59	65.866.251,62	Aposentadorias E Reformas	132.004.117,45	114.602.269,79
Remuneração De Depósitos Bancários E Aplicações Financeiras	81.448.130,59	65.866.251,62	Pensões	12.695.521,45	11.271.887,53
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	57.366.419,58	0,00	Outros Benefícios Previdenciários E Assistenciais	3.472.424,02	6.608.528,93
Reavaliação De Ativos	57.366.419,58	0,00	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	815.636,47	778.179,19
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	626.440.605,92	931.826.536,01	Uso De Material De Consumo	18.986,93	12.489,55
Reversão De Provisões E Ajustes De Perdas	575.170.711,99	856.012.452,50	Serviços	764.093,37	731.482,24
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	51.269.893,93	75.814.083,51	Depreciação, Amortização E Exaustão	32.556,17	14.177,40
			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	57.847.666,67	6.496.236,76
			Reavaliação, Redução A Valor Recuperável E Ajuste Para Perdas	57.847.666,67	6.496.236,76
			TRIBUTARIAS	1.471.263,21	1.249.002,51
			Contribuições	1.471.263,21	1.249.002,51
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	653.222.677,52	913.527.765,66
			Vpd De Constituição De Provisões	653.222.677,52	913.393.385,57
			Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00	134.360,09

Resultado Patrimonial do Período: 34.592.059,16 49.488.283,42

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de ativo	7.743,47	17.148,00
Desincorporação de passivo	0,00	0,00
Incorporação de passivo	0,00	0,00
Desincorporação de ativo	0,00	0,00

Anexo 17

Demonstração da Dívida Flutuante - Analítico

Prestação de Contas

Exercício de 2020

Discriminação	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício			Saldo p/ o Exercício Seguinte
		Inscrição	Cancelamento	Baixa	
RESTOS A PAGAR					
De 2019	74.847,45	0,00	1.271,45	72.568,65	1.007,35
De 2020	0,00	76.001,49	0,00	0,00	76.001,49
SUB TOTAL	74.847,45	76.001,49	1.271,45	72.568,65	77.008,84
DEPÓSITOS					
ADIANTAMENTO PARA DESPESA INSS	0,00	26,00		0,00	26,00
ADIANTAMENTO SUBSIDIO CONVENIO MEDICO	0,00	1.559,00		0,00	1.559,00
ATEM - ASSOC.TRABALH.DA EDUCAÇÃO	0,00	25.313,00		25.313,00	0,00
BANCO ALFA S/A - CONSIGNAÇÕES	0,00	1.009.499,62		1.009.499,62	0,00
BANCO BMG S/A - CONSIGNAÇÕES	0,00	6.402,88		6.402,88	0,00
BANCO BRADESCO - CONSIGNAÇÕES	0,00	1.920.232,96		1.920.232,96	0,00
BANCO DO BRASIL S/A - CONSIGNAÇÕES	0,00	1.024.217,66		1.024.217,66	0,00
BANCO SANTANDER -CONSIGNAÇÕES	0,00	26.388,75		26.388,75	0,00
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CONSIGNAÇÕES	0,00	7.071.398,42		7.071.398,42	0,00
CÂMARA MUNICIPAL DE S J RIO PRETO	600,00	7.504,52		8.104,52	0,00
DESCONTO DE ORDEM JUDICIAL	0,00	19.915,91		19.915,91	0,00
INSS (S/PRESTAÇÃO SERV.)	1.411,00	20.748,66		20.634,53	1.525,13
I.R.R.F.	1.143.816,50	20.228.861,03		20.081.076,72	1.291.600,81
ISS - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS	324,89	6.909,13		6.906,40	327,62
PENSÃO ALIMENTICIA DESC. EM FOLHA	0,00	214.810,93		214.810,93	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE S J RIO PRETO	4.207,55	49.604,08		50.501,91	3.309,72
PROJETO PREPARE-SE	1.315,99	27,80		0,00	1.343,79
SINDICATO SERV. PÚBLICOS MUNICIPAIS (CONVÊNIADOS)	0,00	519.969,29		519.969,29	0,00
SUB TOTAL	1.151.675,93	32.153.389,64		32.005.373,50	1.299.692,07
	1.226.523,38	32.229.391,13	1.271,45	32.077.942,15	1.376.700,91

Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Rio Preto - RIOPRETOPREV
Rua General Glicério, 3553 - Centro - CEP 15015-400 – São José do Rio Preto-SP
Telefone/WhatsApp - (17) 3222-7445 - e-mail riopretoprev@riopreto.sp.gov.br
Facebook: <https://www.facebook.com/riopretoprev1> – Instagram: @riopretoprev

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – ESTADO DE SÃO PAULO – RIOPRETOPREV, ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Criado pela Lei Complementar Municipal nº 139 de 28/12/2001, com as alterações introduzidas pelas L.C. nº 197/04; nº 203/05; nº 216/05 e nº 364/12 e nº 566/2018.

De conformidade com a legislação mencionada, são Órgãos Executivos e Consultivos da Entidade:

- Conselho Municipal de Previdência (Deliberativo)
- Conselho Fiscal
- Diretoria
- Comitê de Investimentos

1 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis e financeiras foram elaboradas de conformidade com a Lei 6.404/76, Lei 4.320/64, Lei 12.101/09 e Decreto nº 8.242 de 23/05/2014, obedecendo aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade, com utilização do PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e DCASP – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

1.1 – Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras com vencimento futuro tiveram seus rendimentos apropriados pelo regime de competência, apurados para o exercício em curso.

2 – ATIVO CIRCULANTE

2.1 - Tesouraria

A Entidade trata devidamente dos seus registros, possuindo cópias dos mesmos para recuperação em caso de eventual sinistro.

Todos os documentos da tesouraria foram arquivados corretamente, sendo que existem comprovantes do fornecimento do material/ou serviço, documento fiscal e outros, sendo fácil a comprovação da sua legalidade.

2.2 – Caixa

A Entidade não possui valor mínimo em caixa, sendo que a sua movimentação financeira é feita por meios bancários, mantendo o Fundo Caixa Brasil Disponibilidade vinculado à conta corrente com aplicações e resgates automáticos.

2.3 – Bancos conta movimento

A movimentação financeira da Entidade é feita por meios bancários em conta do Banco do Brasil S/A – (Agência 57-4 conta 20242-8) e na Caixa econômica Federal (Agência 0631 – conta 006 - 440-5), com aplicação e resgates automáticos no Fundo Caixa Brasil Disponibilidades e Fundo BB Previdenciário RF Fluxo FIC. Em 31/12/2020 havia saldo na conta corrente do Banco Bradesco S/A (Agência 1703 – conta 45100-2) de R\$ 17,67.

2.4 – Créditos e Valores a Curto Prazo

Em 31/12/2020 não havia valor a receber.

2.5 – Investimentos

Em 31/12/2020 os Investimentos da Entidade totalizam **R\$ 486.173.875,85**. **Cumprе salientar que esses ativos estão** divididos entre aplicações em Fundos de Investimentos regulados pela CVM e Imóveis de propriedade da Autarquia.

2.5.1. Fundos de Investimentos

O valor aplicado em fundos de investimentos regulamentados pela CVM é de R\$ 394.981.979,38, investidos da seguinte forma:

2.5.1.1. Fundos de Investimentos de Curto Prazo

As aplicações em fundos de investimentos de curto prazo estão distribuídas nas seguintes instituições financeiras:

Instituição Financeira	Saldo em 31/12/2020
BANCO DO BRASIL S/A – conta 20242-8	91.650.899,09
BANCO SANTANDER BRASIL S/A- conta 2-4	16.196.230,70
CAIXA ECONOMICA FEDERAL – conta 47952-0 – projeto prepare-se	1.343,79
CAIXA ECONOMICA FEDERAL – conta 440-5	107.181.115,27
CAIXA ECONOMICA FEDERAL – conta 669-6 - COMPREV	55.711.311,29
BANCO BRADESCO S/A – conta 45100-2	57.306.219,37
BANCO BRADESCO S/A – conta 586280-9 - XP INVESTOR FIA	4.448.435,95
BANCO BRADESCO S/A – C/ 651919-9 - XP DIVIDENDOS FIA	2.540.308,97
BANCO CITIBANK – Conta 3484559-3 - FUNDOS WESTERN	40.040.645,66
SC XP INVESTIMENTOS – MS GLOBAL OPPORTUNITY ADV IE FIC AÇÕES	2.994.477,47
TOTAL DOS RECURSOS EM F.I. DE CURTO PRAZO	378.070.987,56

2.5.1.2. Fundos de Investimento de Longo Prazo

As aplicações em fundos de investimentos de longo prazo estão distribuídas nas seguintes instituições financeiras:

Instituição Financeira	Saldo em 31/12/2020
BANCO DO BRASIL S/A – conta 20242-8	9.212.689,71
CAIXA ECONOMICA FEDERAL – conta 440-5	947.845,52
FUNDO KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTIT I FIP MULTISTRATEGIA	6.750.456,59
TOTAL DOS RECURSOS EM F.I DE LONGO PRAZO	16.910.991,82

2.5.1.3. Segmento de Imóveis

Os imóveis da Entidade não sofreram valorização no ano, permanecendo com o valor de R\$ 91.191.878,80, conforme mencionado no quadro abaixo:

Tipo de Bem	Valor em 31/12/2019	Reavaliação no exercício	Valor em 31/12/2020
IMÓVEIS	91.191.878,80	0,00	91.191.878,80

3 – ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

3.1 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Repasse de direitos creditórios por parte da prefeitura para pagamento da alíquota suplementar

O Município de São José do Rio Preto entrou com ação para ressarcimento de créditos pagos indevidamente no período de 1962 a 1998, que originou o processo 0037985-46.2008.26.0576 contra o IPESP – Instituto e Previdência do Estado de São Paulo. Em 23 de agosto de 2012, foi emitido laudo por perito nomeado pelo Tribunal de Justiça para efetuar os devidos cálculos do crédito. O laudo demonstrou nesta data saldo de R\$73.319.200,80. Em 25 de março de 2014, foi julgado recurso do processo e pelo acórdão com voto 29149, bem como registro 2014.0000183943, deu parcial provimento aos recursos da Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto.

Em 31 de julho de 2017, foi apresentada nova atualização de valores por meio de laudo de perito nomeado pelo Tribunal de Justiça com o trânsito em julgado. O valor considerado foi de R\$ 155.709.227,80.

Em 6 de setembro de 2017 foi editada a Lei Complementar 545 do Município de São José do Rio Preto, em que este passa a custear, a partir do exercício de 2018, contribuição suplementar estabelecida pela Lei 396/2013 e alterada pela Lei 532/2017. Assim, o Município por meio da Lei, transferiu à RIOPRETOPREV os direitos sobre os créditos oriundos do processo em questão pelo valor do laudo apresentado em 31 de julho de 2017. A execução judicial está representada pelo processo 0021416-52.2017.8.26.0576.

Então, em 27 de novembro de 2017 o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio de decisão, homologou os cálculos supramencionados. Houve assim a autorização da habilitação para precatórios. A Entidade está em processo de execução e havia reconhecido o valor informado na decisão judicial de R\$ 155.709.227,80 até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

O IPESP apresentou ainda agravo de instrumento que foi negado provimento. Posteriormente, apresentou embargos de declaração que também foram rejeitados pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 8 de novembro 2019. O IPESP ainda interpôs recurso especial com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas “a” e “c”, da Constituição da República e incita que houve violação do artigo 1º do decreto 20.910/32 e divergência jurisprudencial. Em 17 de agosto de 2020, após recurso em última instância, o Superior Tribunal de Justiça transitou em julgado o processo, inclusive referente à impugnação dos cálculos por parte do IPESP, e validou a forma de atualização dos saldos previamente aceitos por juízes de instâncias inferiores.

Após trânsito em julgado, a Procuradoria Geral do Município atualizou os valores até outubro de 2020 conforme Tabela Prática para Cálculo de Atualização

Monetária dos Débitos Judiciais (INPC), acrescidos de 1% ao mês. O efeito total no resultado do exercício foi de R\$ 57.366.419,58, e o valor do direito creditório contabilizado em 31 de dezembro de 2020 era de 213.075.694,82.

4 - ATIVO PERMANENTE

4.1. Bens Patrimoniais

Os bens patrimoniais foram contabilizados pelo seu valor de aquisição, sendo que a Entidade procedeu sua atualização a valor corrente e a devida depreciação, apresentando o valor no final do exercício de R\$ 117.575,41.

Tipo de Bem	Valor em 31/12/2019	Valor Incorporado em 2020	Depreciação e Reavaliação em 2020	Valor final 2020
MÓVEIS	142.388,11	7.743,47	(-) 32.556,17	117.575,41

5. PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante da Entidade é composto da seguinte forma:

5.1. Obrigações trabalhistas/ Previdenciárias/ Assistenciais

O valor de R\$ 2.043.061,15, constante da presente conta, é composto de R\$ 234.928,24, que se refere a provisão de férias dos servidores da RIOPRETOPREV e de R\$ 1.808.132,91, referente a provisão para pagamento de precatórios, ambos exigíveis no exercício de 2021.

5.2. Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

O valor de R\$ 23.289,09, constante da presente conta, refere-se a débitos com fornecedores de serviços e materiais, com vencimento no ano de 2021.

5.3. Demais Obrigações a Curto Prazo

As demais obrigações a curto prazo, no valor de R\$ 1.296.763,31, referem-se a valores de terceiros retidos em 2020, a repassar no ano de 2021 (IRRF, ISS e INSS).

6 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O passivo circulante é composto da seguinte forma:

6.1. Provisões a Longo Prazo

O valor de R\$ 700.372.920,66 constante da presente conta refere-se ao resultado das Reservas Matemáticas a longo prazo, no valor de R\$ 699.368.507,54, cujos índices são obtidos por meio da avaliação atuarial anual, realizada em conformidade com o artigo 14 da Portaria MPS 403/2008 e suas alterações; o valor também é composto pela provisão para Perdas em Ações Judiciais, no valor de R\$ 1.004.413,12, apuradas em levantamento específico.

Os registros contábeis, demonstrados abaixo, são de responsabilidade técnica dos atuários MIBA 100.002 e 3.399, da empresa Brasilis Consultoria.

6.1.1. Reservas Matemáticas

Plano Previdenciário – Provisão de Benefícios Concedidos	1.513.790.356,34
Aposentadorias/pensões/outras benefícios concedidos do Plano Previdenciário	1.751.727.971,19

Contribuições do Aposentado para o Plano Previdenciário	(77.708.512,02)
Contribuições dos Pensionistas para o Plano Previdenciário	(2.573.585,42)
Compensação Previdenciária do Plano Previdenciário	(157.655.517,41)
Plano Previdenciário – Provisões de Benefícios a Conceder	749.298.675,01
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a conceder do Plano Previdenciário	1.868.157.221,09
Contribuições do Ente para o Plano de Previdência	(569.931.740,60)
Contribuições do Ativo para o Plano Previdenciário	(380.792.655,58)
Compensação Previdenciária do Plano previdenciário	(168.134.149,90)
Plano Previdenciário – Plano de Amortização	(1.589.318.601,88)
Ajuste de Resultado Atuarial Superavitário	25.598.078,07
SALDO	699.368.507,54

6.2 – Resultado Diferido

O valor de R\$ 9.137.098,58, constante da presente conta, trata-se do saldo das obrigações da autarquia destinado a quitar as contribuições suplementares futuras, por conta do adiantamento oferecido pelo Ente Municipal através da transferência de crédito a receber do IPESP-Proc.0037985-46.2008.8.26.0576-2ª Vara FP-SJRPRETO-LC 545/2017 no valor de R\$ 155.709.275,24, tudo em conformidade com a Lei Complementar 396 de 22/11/2013, Lei Complementar nº 483 de 28/11/2015, Lei Complementar 531 de 16/03/2017 e Lei Complementar nº 545/2017.

7 – PATRIMÔNIO

TÍTULO	2020	2019
Patrimônio Líquido	-13.508.915,47	-48.100.974,63
Resultados Acumulados	-13.508.915,47	-48.100.974,63
Resultado do Exercício	34.592.059,16	49.486.203,42
Resultado de exercícios anteriores	-47.912.215,17	-97.398.418,59
Ajustes de Exercícios Anteriores	-188.759,46	-188.759,46

8 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado financeiro do exercício foi deficitário em R\$ 19.462.441,39. Para dar fluxo aos pagamentos foi utilizada a reserva de superávits de exercícios anteriores. O resultado geral do exercício de 2020 foi superavitário em R\$ 34.592.059,16, conforme quadros abaixo:

8.1. QUADRO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

CONTRIBUIÇÕES	
Contribuições Sociais	127.414.228,77
Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos.....	<u>8.253.200,00</u>
TOTAL RECEITAS	135.667.428,77
DESPESAS E BENEFÍCIOS	
Pessoal e Encargos Sociais	2.081.441,90
Obrigações Patronais	258.251,61
Uso de Material de Consumo	10.876,74
Serviços de Terceiros.....	717.091,61
Contribuições Previdenciárias e Federais	1.470.899,21
Compensação Financeira Entre Rgps/Rpps	290.425,23
Outras Despesas, Imobilizado, Indenizações e Restituições	7.743,47
Aposentadorias	132.004.117,45
Pensões	12.695.521,45
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.472.424,02
Sentenças Judiciais e Trabalhistas	<u>2.121.077,47</u>
TOTAL DESPESAS	155.129.870,16
RESULTADO FINANCEIRO	(-) 19.462.441,39

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	
Valorização dos Investimentos	81.448.130,59
(-) Desvalorização dos Investimentos.....	57.847.666,67
(=) Valorização Líq. dos Investimentos.....	23.600.463,92
Reavaliação de Precatório IPESP	57.366.419,58
Aprop. de Cont. Previd. Suplementar	51.269.893,93
TOTAL VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	132.236.777,43
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	
Constituição de Provisões Matemáticas	653.222.677,52
(-) Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias....	575.040.400,64
TOTAL VARIAÇÕES DIMINUTIVAS.....	78.182.276,88
RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	54.054.500,55

RESULTADO GERAL DO EXERCÍCIO. (Financeiro + Variações Patrimoniais):
R\$ 34.592.059,16.

9 - RECEITAS DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

As receitas são creditadas em conta bancária própria e foram aplicadas em Fundo de Investimento vinculado para utilização futura em pagamento de benefícios, de acordo como que determina o artigo 21, parágrafo único da ON SP/MPS 02/09. Em 31/12/2020, este fundo contava com saldo acumulado de R\$ 55.711.311,29.

10 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os gastos administrativos, limitados a 2%, em 2020 representaram 0,82% do valor total das remunerações dos servidores ativos, proventos dos inativos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativos ao exercício anterior ao examinado, estando em conformidade com o inciso VIII, art. 6º da Lei nº 9.717/98 e artigo 41 e seus incisos da ON SPS 02/09.

Exercícios	2017	2018	2019	2020
Remuneração	418.927.217,27	456.870.267,98	496.046.432,25	563.388.483,29
Despesas administrativas	3.683.873,56	3.899.524,17	4.276.274,15	4.622.306,03
Percentual	0,88%	0,85%	0,86%	0,82%

11 - ENCARGOS SOCIAIS

Todos os encargos sociais da Entidade, foram recolhidos nos respectivos vencimentos, inexistindo qualquer valor pendente de pagamento, ou pagamentos após o vencimento da obrigação.

12 - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE

Os valores retidos na fonte, correspondente ao imposto de renda sobre vencimentos, serviços e outros, são recolhidos mensalmente aos cofres do Município, atendendo às normas da Constituição Federal, artigo 158, tendo sido recolhido no ano de 2020 o montante de R\$ 16.239.095,77.

13 – PASEP

O valor do PASEP calculado na forma da legislação vigente, é recolhido mensalmente à Secretaria da Receita Federal, sendo que todos os valores devidos foram recolhidos nos prazos fixados em lei, inexistindo qualquer tipo de pendência, totalizando no ano de 2020 o montante de R\$ 1.460.669,21.

14 – EVENTO SUBSEQUENTE

Em 5 de agosto de 2020, a lei complementar nº 628/2020 alterou o artigo 2º da lei complementar municipal nº 396 de 22 de novembro de 2013, no que diz respeito às alíquotas suplementares para cobertura do déficit técnico apurado em avaliação atuarial. A teor do disposto no art.1º da norma e disposto no art. 3º da Portaria nº 464/2018, a aplicação da alíquota teve efeito retroativo a 1º de janeiro de 2020, no âmbito municipal. Ocorre que, por meio da Consulta nº L1024222/2021, realizada à Secretaria de Previdência do Ministério da Economia, houve entendimento divergente, sendo decidido que a alíquota suplementar de contribuição no percentual de 21,85% deveria vigorar até 6 de agosto de 2020 e a nova alíquota, de 12%, a partir desta do dia 7 de agosto de 2020. Devido ao ocorrido, a Entidade reconhecerá, em fevereiro de 2021, receita de R\$ 17.149.658,06. Deste valor, R\$ 9.137.098,57 será apropriado de saldo previamente adiantado pela Prefeitura, referente ao Direito oriundo da Lei Complementar nº 545/2017. Já a quantia de R\$ 8.012.559,49 será reconhecida do valor a receber, em 60 meses, conforme acordo de parcelamento proposto pela Prefeitura Municipal, nos termos do art. 5º da Portaria nº 402/2008, devidamente aprovado pela Secretaria da Previdência em 22 de fevereiro de 2021.

15 – PRÓ-GESTÃO RPPS

A certificação no âmbito do Pró-Gestão RPPS permite atestar que um determinado RPPS que tenha aderido ao programa conseguiu implementar boas práticas de gestão previdenciária, alcançando os objetivos de melhoria do controle de seus ativos e passivos e aumento da transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade. O Regime Próprio de Previdência Social de São José do Rio Preto obteve a certificação institucional (nível II) em meados de 2019.

16 – REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA

O Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP é um documento fornecido pela Secretaria de Previdência, do Ministério da Economia, que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, pelo Regime Próprio de Previdência Social de um Estado, do Distrito Federal ou de um Município, ou seja, atesta que o ente federativo segue normas de boa gestão, de forma a assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados.

Em 31 de dezembro de 2020, a Entidade de previdência municipal, apresentou regularidade em seu CRP, havendo Certificado de Regularidade Previdenciária vigente também na data de emissão deste relatório.

São José do Rio Preto, 26 de fevereiro de 2021.

Assinatura Digital

HÉLIO ANTUNES RODRIGUES

Analista Contábil

CRC-SP 162.962-O/0

Assinatura Digital

VANESSA LAGO MARTINS

Analista Contábil

CRC-SP 1BA- 036270



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 5762-BAAF-083D-5527

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **HELIO ANTUNES RODRIGUES** (CPF 974.562.098-04) em 17/03/2021 09:04:57 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC VALID RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **JAIR MORETTI** (CPF 275.482.958-04) em 17/03/2021 09:32:59 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC SOLUTI Multipla << AC SOLUTI << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **VANESSA LAGO MARTINS** (CPF 022.147.145-61) em 17/03/2021 09:51:44 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC SOLUTI Multipla << AC SOLUTI << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://riopretoprev.1doc.com.br/verificacao/5762-BAAF-083D-5527>